

EDUARDO ARRUDA ALVIM

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

---

- Teoria geral do processo • Processo de conhecimento
- Juizados especiais cíveis • Ações coletivas • Recursos
  - Repercussão geral no recurso extraordinário

5.<sup>a</sup> edição  
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Teoria geral do processo • Processo de conhecimento
- Juizados especiais cíveis • Ações coletivas • Recursos
  - Repercussão geral no recurso extraordinário

EDUARDO ARRUDA ALVIM

5.<sup>a</sup> edição  
revista, atualizada e ampliada

1.<sup>a</sup> edição: vol. 1-1998; vol. 2-2000 – 2.<sup>a</sup> edição: 2008 – 3.<sup>a</sup> edição: 2010 – 4.<sup>a</sup> edição: 2012.

© desta edição: [2013]

964

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

GISELLE TAPAI  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 • Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 • Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [07-2013]

Universitário (texto)

Fechamento da edição em [12.07.2013]



ISBN 978-85-203-4879-6

982125 ex. 1

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Apresentação à 2. <sup>a</sup> edição.....	9
Apresentação à 3. <sup>a</sup> edição.....	11
Apresentação à 4. <sup>a</sup> edição.....	13
Apresentação à 5. <sup>a</sup> edição.....	15

### Capítulo I DIREITO PROCESSUAL

1. Origens do direito processual.....	33
2. Autonomia do direito processual civil e sua relação com os outros ramos do direito ....	36
2.1 Direito constitucional.....	36
2.2 Direito administrativo e tributário.....	39
2.3 Direito civil e comercial.....	40
2.4 Direito processual do trabalho.....	41
2.5 Direito penal.....	41
3. Sub-ramos do direito processual.....	43
4. Direito processual e direito material.....	44

### Capítulo II JURISDIÇÃO

1. Esboço histórico.....	46
2. Estado de Direito – Noção.....	46
3. Função jurisdicional.....	47
3.1 Jurisdição civil.....	48
4. Natureza da função jurisdicional do Estado.....	48
4.1 Características da função jurisdicional.....	51
4.2 Princípios fundamentais da jurisdição.....	59
5. Garantias do juiz.....	60
6. Função jurisdicional e controle dos atos administrativos.....	62
7. Substitutivos da jurisdição.....	64

### Capítulo III ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

1. Organização judiciária.....	69
2. Organização judiciária, processo e procedimento.....	72
3. Jurisdição extraordinária.....	73
4. Competência – Uma primeira noção.....	74
5. Órgãos judiciários.....	74
6. Conselho Nacional de Justiça.....	75

### Capítulo IV FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E AUXILIARES DA JUSTIÇA

1. O Ministério Público.....	77
------------------------------	----

2. O advogado .....	85
3. Os auxiliares da justiça .....	90

### Capítulo V COMPETÊNCIA

1. Definição e noções gerais .....	91
2. Incompetência absoluta .....	94
3. Incompetência relativa .....	95
4. Foro e juízo .....	96
5. Competência quando forem partes União, Estados e Municípios .....	96
6. “Competência” internacional e competência interna .....	99
6.1 Imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros .....	101
7. Competência exterior e competência interior .....	102
8. Competência em razão da matéria – Absoluta .....	102
9. Competência funcional – Absoluta .....	103
10. Competência em razão do valor – Relativa .....	104
10.1 Competência dos Juizados Especiais .....	106
11. Competência territorial – Relativa .....	107
11.1 Hipóteses de competência territorial .....	107
11.2 Competência dos foros regionais .....	108
12. Foros especiais e análise do art. 100 .....	109
13. Modificação de competência .....	113
13.1 Foro de eleição (vontade) .....	113
13.2 Conexão .....	115
13.3 Continência .....	115
13.4 Prorrogação de competência (inércia) .....	116
14. Ações envolvendo pedido de indenização decorrente de acidente do trabalho .....	116
15. Ação cautelar .....	118
16. Mandado de segurança (Lei 12.016/2009) .....	122

### Capítulo VI PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL

1. Introdução .....	124
2. Princípio do devido processo legal ( <i>due process of law</i> ) (art. 5.º, LIV, da CF/88) .....	125
2.1 Conteúdo do princípio – A atuação da Suprema Corte norte-americana .....	126
3. Princípio da isonomia (art. 5.º, <i>caput</i> , I, da CF/88) .....	129
3.1 A regra do art. 188 do CPC e o princípio constitucional da isonomia .....	130
3.1.1 Significado da expressão “contestar” .....	131
3.1.2 Significado da expressão “Fazenda Pública” .....	132
3.2 Condenação em honorários advocatícios .....	132
3.3 Adiantamento de despesas processuais .....	133
3.4 Remessa obrigatória .....	135
3.5 Tratamento privilegiado aos idosos e portadores de doença grave .....	136
4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da CF/88) .....	137
4.1 Justiça desportiva – Um caso excepcional .....	141
4.2 Exigência de depósito prévio em ações tributárias .....	141

4.3 Ação rescisória .....	141
5. Princípio do juiz e do promotor natural .....	142
6. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	144
6.1 A citação .....	148
6.2 Liminar <i>inaudita altera parte</i> .....	149
7. Princípio da proibição da prova ilícita .....	149
8. Princípio da publicidade dos atos processuais .....	152
9. Princípio da motivação das decisões judiciais.....	152
10. Princípio da independência da magistratura.....	153
11. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	155
12. Princípio da razoável duração do processo .....	157
13. Conclusões .....	158

## Capítulo VII TEORIA DA AÇÃO

1. Noções gerais – Conceito de ação .....	159
2. Evolução.....	161
3. Natureza jurídica da ação .....	168

## Capítulo VIII CONDIÇÕES DA AÇÃO

1. Introdução ao tema .....	169
2. Possibilidade jurídica do pedido .....	176
3. Interesse processual.....	178
4. Legitimidade <i>ad causam</i> .....	180
4.1 Considerações acerca da legitimidade nas ações coletivas. Primeiras noções.....	182

## Capítulo IX PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. Relação jurídica processual .....	185
2. Existência da relação jurídica processual .....	188
2.1 Petição inicial.....	188
2.2 Jurisdição .....	189
2.3 Citação .....	190
2.4 Capacidade postulatória .....	190
3. Pressupostos processuais de validade da relação jurídica processual .....	192
3.1 Petição inicial apta.....	192
3.2 Competência do juízo e imparcialidade do juiz .....	193
3.3 Capacidade processual e legitimação processual.....	194
4. Pressupostos processuais negativos.....	198

## Capítulo X LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA

1. Noções.....	200
2. Classificação das ações .....	214
3. Elementos da ação.....	218
3.1 Identidade de partes.....	218

3.2	Identidade de pedido (objeto).....	218
3.3	Identidade de causa de pedir ( <i>causa petendi</i> ).....	220

### Capítulo XI LITISCONSÓRCIO

1.	Conceito.....	226
2.	Diversidade de classificações.....	227
2.1	Litisconsórcio inicial e ulterior.....	227
2.2	Litisconsórcio necessário e facultativo.....	229
2.3	Litisconsórcio unitário e simples.....	229
2.4	Litisconsórcio eventual e litisconsórcio alternativo.....	230
2.5	Litisconsórcio sucessivo.....	232
3.	Limitação do número de litisconsortes.....	233
4.	Hipóteses de litisconsórcio facultativo e necessário.....	238
4.1	Litisconsórcio facultativo.....	238
4.2	Litisconsórcio necessário.....	241
5.	Litisconsórcio simples e unitário.....	248
6.	Exclusão de um litisconsorte.....	251
7.	Outras regras relacionadas ao litisconsórcio.....	253

### Capítulo XII ASSISTÊNCIA

1.	Introdução.....	255
2.	Assistência simples.....	255
3.	Interesse jurídico e interesse de fato.....	258
4.	Procedimento.....	259
4.1	O recurso de terceiro prejudicado.....	264
5.	Assistência litisconsorcial.....	265
6.	A intervenção da União e pessoas jurídicas de direito público – Lei 9.469/97.....	267

### Capítulo XIII DENUNCIÇÃO DA LIDE

1.	Introdução.....	270
2.	Hipóteses.....	275
3.	Procedimento.....	283

### Capítulo XIV CHAMAMENTO AO PROCESSO E NOMEAÇÃO À AUTORIA

1.	Chamamento ao processo.....	288
1.1	Formação do litisconsórcio no chamamento.....	290
1.2	Hipóteses de chamamento ao processo.....	292
1.3	Procedimento e natureza do chamamento ao processo.....	296
1.4	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor.....	298
2.	Nomeação à autoria.....	300

## Capítulo XV OPOSIÇÃO

1. Definição .....	306
2. Procedimento .....	307
2.1 Momentos em que a oposição pode ser oferecida e suas consequências.....	308
2.1.1 Oposição antes da audiência.....	309
2.1.2 Oposição depois da audiência .....	311

## Capítulo XVI NULIDADES PROCESSUAIS

1. Considerações gerais .....	314
2. Momento da alegação da nulidade .....	320
3. Invalidades de fundo e de forma .....	323
3.1 Regime jurídico das invalidades .....	327
4. Ausência de intimação do Ministério Público.....	327
5. Consequência da anulação dos atos processuais.....	329

## Capítulo XVII FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

1. Formação do processo.....	330
2. Suspensão do processo .....	332
2.1 Hipóteses de suspensão do processo .....	333
3. Hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito e casos em que há resolução do mérito.....	339
3.1 Extinção sem resolução do mérito.....	340
3.2 Hipóteses em que há resolução do mérito.....	343

## Capítulo XVIII O TEMPO NO PROCESSO

1. Introdução .....	348
2. Princípios processuais relacionados com a teoria dos prazos .....	348
3. Classificação dos prazos: peremptórios e dilatórios.....	352
3.1 Prazos comuns e particulares .....	354
3.2 Prazos legais e judiciais .....	355
3.3 Prazos próprios e impróprios .....	355
4. Contagem dos prazos .....	356
5. Principais prazos estabelecidos em lei.....	359
6. Preclusão .....	360
7. Benefícios dos arts. 188 e 191 do CPC.....	364

## Capítulo XIX COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Citação.....	370
1.1 Efeitos da citação .....	373

1.1.1	A interrupção da prescrição e o art. 202, I, do Código Civil .....	373
1.1.2	Efeitos da citação propriamente ditos.....	377
1.2	Formas de citação .....	380
1.2.1	Citação pelo correio.....	381
1.2.2	Citação por edital.....	384
1.2.3	Citação com hora certa .....	385
1.3	Considerações gerais sobre o ato citatório.....	387
1.4	Procedimento da citação pelo correio.....	388
1.4.1	Procedimento da citação por oficial de justiça .....	389
1.4.2	Procedimento da citação com hora certa.....	389
1.4.3	Procedimento da citação por edital .....	389
2.	Intimações.....	390
2.1	Forma de realização das intimações .....	391
2.2	Efeitos e aperfeiçoamento das intimações .....	395
3.	Cartas (precatória, rogatória e de ordem) .....	396

## Capítulo XX PETIÇÃO INICIAL

1.	Introdução.....	400
1.1	Distribuição originária e por dependência (conexão e continência).....	401
2.	Requisitos da petição inicial.....	406
3.	O valor da causa .....	412
4.	Petição inicial e silogismo .....	414
5.	O pedido.....	415
6.	Indeferimento da petição inicial.....	421
6.1	O art. 285-A.....	425

## Capítulo XXI CONTESTAÇÃO

1.	Noções introdutórias.....	429
2.	O art. 301 – Conteúdo processual da contestação .....	436
2.1	Hipóteses dos incs. I a XI do art. 301 .....	437
3.	Prazo e requisitos .....	441
4.	Impugnação específica dos fatos alegados pelo autor – Ônus do réu .....	445
5.	Hipóteses de afastamento da presunção de que trata o art. 302 – Análise dos incisos I a III.....	449
6.	Requerimento e produção de provas.....	451

## Capítulo XXII EXCEÇÕES

1.	Noções introdutórias.....	454
2.	A exceção de incompetência .....	456
3.	A exceção de suspeição .....	458
4.	A exceção de impedimento .....	458
5.	Suspeição e impedimento – Regimes distintos.....	458
6.	Objecção e exceção .....	460



7. Procedimento da exceção de incompetência (no rito comum ordinário).....	462
8. Procedimento da exceção de impedimento e suspeição (no rito comum ordinário).....	464
9. As exceções no rito sumário.....	465
10. Outros órgãos – Casos de suspeição e impedimento.....	466

### Capítulo XXIII RECONVENÇÃO

1. Noções introdutórias.....	467
2. Análise da reconvenção à luz do Código de Processo Civil – Considerações gerais....	468
2.1 Legitimação (ativa e passiva).....	470
2.2 Conexão entre a reconvenção e a ação principal ou o fundamento de defesa..	471
2.3 Competência do juízo.....	472
2.4 Existência de processo pendente (litispendência) e não preclusão da oportunidade do oferecimento de defesa.....	472
2.5 Compatibilidade de procedimentos.....	474
3. Campo de aplicação da reconvenção.....	475
4. Procedimento da reconvenção .....	476
4.1 Desistência da ação (autonomia da reconvenção).....	479

### Capítulo XXIV REVELIA

1. Noções introdutórias e conceito.....	480
2. Presunção de veracidade dos fatos não contestados .....	484
2.1 Exceções à aplicação da presunção do art. 319 .....	486
3. Revelia e assistência.....	490
4. Revelia e reconvenção .....	490
5. Revelia e julgamento antecipado da lide (simplificação do procedimento).....	491
6. Revelia e cautelar.....	492

### Capítulo XXV AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL

1. Noções introdutórias.....	494
2. Conceito de questão prejudicial .....	498
3. Procedimento da ação declaratória incidental.....	501
4. Distinção entre ação declaratória incidental e reconvenção.....	504

### Capítulo XXVI JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Fase de saneamento do processo: providências preliminares – Oportunidade em que devem ser tomadas .....	507
1.1 Providências preliminares – Em que consistem .....	507
2. Julgamento conforme o estado do processo .....	509

### Capítulo XXVII TEORIA GERAL DAS PROVAS

1. As provas – Noções introdutórias .....	515
2. Objeto e destinatário da prova .....	520

3. As provas e o julgamento antecipado da lide .....	522
4. O juiz e a atividade probatória .....	524
5. Princípios regentes da prova .....	528
6. Ônus da prova .....	528

#### Capítulo XXVIII

#### PROVA TESTEMUNHAL, DEPOIMENTO PESSOAL E CONFISSÃO

1. Noções introdutórias .....	536
2. Dos que podem depor .....	537
3. Contradita .....	542
4. Obrigação da testemunha .....	542
5. Direitos da testemunha .....	547
6. Admissibilidade da prova testemunhal .....	547
7. Produção da prova testemunhal .....	550
8. Momento da produção da prova testemunhal e a testemunha referida .....	552
9. Acareação .....	553
10. Depoimento pessoal .....	553
11. Interrogatório do art. 342 do CPC .....	557
12. Confissão .....	558
12.1 Confissão e reconhecimento jurídico do pedido .....	558
12.2 Necessidade de poderes especiais do advogado e do mandatário .....	559
12.3 Confissão espontânea e provocada (art. 349) .....	559
12.4 Confissão e litisconsórcio .....	559
12.5 Eficácia probatória da confissão extrajudicial .....	560
12.6 Indivisibilidade da confissão .....	561

#### Capítulo XXIX

#### PROVA PERICIAL E INSPEÇÃO JUDICIAL

1. Generalidades .....	562
2. Requisitos da perícia .....	569
3. Âmbito da perícia .....	569
4. Procedimento .....	569
4.1 Deveres do perito .....	571
4.2 Escusa do perito .....	571
4.3 Prazo do laudo .....	571
4.4 Direitos do perito .....	572
5. Quem pode ser perito .....	576
6. Responsabilidade do perito .....	577
7. Perícias especiais .....	578
8. Inspeção judicial .....	579

#### Capítulo XXX

#### PROVA DOCUMENTAL, FALSIDADE DOCUMENTAL E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO

1. Conceito de documento .....	582
2. Autor do documento .....	583

3. Conteúdo e eficácia do documento.....	583
4. Forma como substância do documento.....	585
5. Documento – Outras considerações.....	586
6. Momento da produção da prova documental.....	586
7. Documentos públicos e particulares.....	588
8. Documentos e autenticidade.....	590
8.1 Arts. 387 a 389 – Limites da autenticidade dos documentos públicos e particulares.....	592
9. Extensão subjetiva da validade.....	593
10. Data do documento.....	593
11. Telegramas, cartas e registros domésticos.....	594
12. Livros comerciais.....	594
13. Reprodução mecânica.....	595
14. Arguição de falsidade documental.....	596
14.1 Vantagens do incidente de falsidade.....	601
14.2 Em que espécie de falsidade cabe a ação incidental de arguição de falsidade do art. 390 e ss.....	601
15. Exibição de documentos.....	602
15.1 Requisitos da exibição de documento ou coisa (contra a parte e contra terceiros).....	603
15.2 Exibitória incidente e preparatória.....	605
15.3 Exibição contra terceiro.....	606
15.4 Escusa de exhibir documento ou coisa (aplicável tanto à parte como a terceiros).....	607

### Capítulo XXXI

#### AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO

1. Noções introdutórias.....	608
2. Publicidade.....	609
3. Atribuições do juiz.....	610
4. Conciliação.....	612
5. Instrução e julgamento.....	615

### Capítulo XXXII

#### PROCEDIMENTO SUMÁRIO

1. Noções introdutórias.....	619
2. Características.....	621
3. Hipóteses do art. 275.....	627
3.1 Inciso I.....	627
3.2 Inciso II.....	628
4. O procedimento sumário propriamente dito – Aplicação subsidiária das regras do procedimento ordinário.....	634
5. As reformas processuais.....	637

Capítulo XXXIII  
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1. Considerações preliminares e características da Lei 9.099/95 .....	640
2. Causas que podem ser ajuizadas perante os Juizados Especiais Cíveis Estaduais ....	642
3. O procedimento nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	649
4. Os Juizados Especiais Cíveis no âmbito da Justiça Federal.....	666

Capítulo XXXIV  
SENTENÇA E COISA JULGADA

1. Considerações gerais .....	673
1.1 Necessidade de fundamentação da sentença .....	678
1.2 Direito superveniente e erro material .....	679
2. Coisa julgada .....	684
2.1 A impropriamente denominada coisa julgada “formal” .....	687
2.2 Coisa julgada formal e material .....	688
2.3 A coisa julgada material recai sobre a parte dispositiva da sentença .....	692
2.4 Momento da formação da coisa julgada .....	693
2.5 Como se alega a coisa julgada.....	696
2.6 Relativização da coisa julgada material.....	700
3. Coisa julgada no Código de Processo Civil e em outros diplomas legais posteriores – Introdução às principais diferenças.....	707

Capítulo XXXV  
NOÇÃO GERAL SOBRE O PROCESSO DAS AÇÕES COLETIVAS

1. Direitos difusos.....	709
2. Direitos coletivos.....	711
3. Direitos individuais homogêneos .....	711
4. Aspectos relativos à tutela desses direitos .....	714
5. Aspectos da coisa julgada no Código de Processo Civil.....	714
6. Aspectos da coisa julgada no Código do Consumidor.....	715
6.1 Coisa julgada e direitos difusos .....	715
6.2 Coisa julgada e direitos coletivos.....	721
6.3 Coisa julgada e direitos individuais homogêneos.....	722
6.4 Da suspensão das ações individuais (art. 104) .....	725
6.5 Aplicabilidade do sistema do Código do Consumidor .....	726
7. Outras ações .....	726
7.1 Ação civil pública (Lei 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública) .....	726
7.2 Ação popular (Lei 4.717/65 – Lei da Ação Popular) .....	728
8. Da limitação territorial prevista no art. 16 da Lei de Ação Civil Pública, introduzida pela Lei 9.494/97 .....	728
9. Mandado de segurança coletivo .....	734
9.1 Pertinência temática .....	739
9.2 A exigência do caso concreto: o mandado de segurança preventivo .....	741
9.3 Coisa julgada no mandado de segurança coletivo .....	742
10. Controle de constitucionalidade e as ações coletivas.....	744

Capítulo XXXVI  
RECURSO E SEU CONCEITO – TEORIA GERAL DOS RECURSOS –  
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Recurso e seu conceito .....	746
2. Princípios fundamentais regentes do sistema recursal no direito processual civil brasileiro.....	750
2.1 Duplo grau de jurisdição .....	750
2.2 Taxatividade dos recursos.....	754
2.2.1 Sucedâneos recursais e outras figuras relacionadas aos recursos .....	754
2.2.1.1 Sucedâneos recursais .....	755
2.2.1.1.1 Remessa obrigatória .....	755
2.2.1.1.2 Pedido de reconsideração .....	762
2.2.1.2 Ações autônomas de impugnação.....	765
2.2.1.2.1 Reclamação .....	766
2.2.1.3 Incidentes no processo .....	770
2.2.1.3.1 Uniformização de jurisprudência.....	770
2.2.1.3.2 Arguição de inconstitucionalidade .....	777
2.3 Os recursos e o princípio dispositivo .....	783
2.4 Princípio da singularidade recursal .....	785
2.5 Princípio da fungibilidade recursal – Generalidades.....	790
2.5.1 O art. 810 do CPC/39 .....	798
2.5.2 Algumas hipóteses concretas, à luz do direito vigente, em que pode ter aplicação o princípio da fungibilidade recursal.....	800
2.5.2.1 Indeferimento liminar da reconvenção e da ação declaratória incidental .....	800
2.5.2.2 A decisão que aprecia o incidente de falsidade.....	803
2.5.3 Requisitos para aplicação da fungibilidade hoje – Conclusões .....	805
2.5.4 Procedimento da fungibilidade recursal .....	806
2.5.4.1 Apelação como agravo de instrumento.....	807
2.5.4.2 Agravo de instrumento como apelação.....	807
2.6 Princípio da dialeticidade .....	807
2.7 Princípio da voluntariedade.....	809
2.8 Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	809
2.9 Princípio da complementaridade – Princípio da consumação .....	810
2.10 Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	812
3. Recurso adesivo.....	815

Capítulo XXXVII  
JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

1. Juízo de admissibilidade – Uma primeira ideia .....	817
2. Juízo de admissibilidade e questões prévias.....	817
3. Competência para apreciação das questões relativas ao juízo de admissibilidade ...	819
3.1 Competência do órgão <i>a quo</i> para apreciação da admissibilidade recursal e impossibilidade de incursão do órgão <i>a quo</i> no mérito recursal.....	821
4. Momento em que os requisitos de admissibilidade devem ser aferidos pela instância <i>a quo</i> e pela instância <i>ad quem</i> .....	822

5. Natureza da decisão a respeito da presença ou não dos requisitos de admissibilidade dos recursos – Sua implicação no momento da fixação do trânsito em julgado.....	825
6. Caráter substitutivo da decisão da instância <i>ad quem</i> .....	829
7. Os requisitos de admissibilidade dos recursos .....	831
7.1 Cabimento .....	832
7.2 Legitimidade para recorrer .....	834
7.2.1 Legitimação das partes.....	834
7.2.2 Legitimação do órgão do Ministério Público.....	835
7.2.3 Legitimação do terceiro prejudicado.....	837
7.3 Interesse recursal .....	838
7.3.1 Necessidade de recorrer.....	838
7.3.2 Utilidade em recorrer.....	839
7.3.3 O interesse recursal e algumas hipóteses concretas.....	840
7.3.4 O interesse recursal e o Ministério Público .....	842
7.4 Tempestividade .....	844
7.4.1 Horário dos atos processuais .....	848
7.4.2 Os prazos e o revel.....	848
7.4.3 O benefício do art. 188 .....	850
7.5 Regularidade formal.....	851
7.6 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....	853
7.7 Fatos impeditivos.....	856
7.8 Preparo.....	857

#### Capítulo XXXVIII RECURSO DE APELAÇÃO

1. Generalidades.....	861
2. Apelação contra sentença definitiva .....	864
3. Da apelação parcial.....	870
4. Apelação contra sentença terminativa.....	871
5. Requisitos da apelação.....	872
6. Princípio do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> – Extensão e profundidade do efeito devolutivo na apelação .....	872
7. <i>Reformatio in pejus</i> .....	878
8. Procedimento do recurso de apelação .....	878
9. Apelação e preparo .....	883
10. Recurso ordinário constitucional .....	884

#### Capítulo XXXIX RECURSO DE AGRAVO

1. Considerações iniciais – O agravo previsto no art. 496, II, do CPC – Outros recursos de agravo previstos na legislação.....	891
2. Prazo de interposição .....	894
3. Modalidades de agravo.....	895
4. Agravo retido.....	897
5. O agravo de instrumento.....	905

6. O agravo e o efeito suspensivo .....	911
7. Outras questões .....	913

Capítulo XL  
RECURSO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS

1. Natureza. Cabimento .....	917
2. Caráter infringente dos embargos declaratórios .....	922
3. Prazo dos embargos e prazos de outros recursos .....	924
4. Embargos de declaração com fins de prequestionamento .....	926

Capítulo XLI  
RECURSO DE EMBARGOS INFRINGENTES

1. Generalidades .....	930
2. Embargos infringentes e remessa necessária .....	933
3. Cabimento .....	935
4. Efeito devolutivo dos embargos infringentes. Efeito suspensivo dos embargos infringentes .....	938
5. Admissibilidade dos embargos infringentes .....	940
6. O problema do voto vencido e não declarado .....	942
7. Questões de ordem pública .....	943

Capítulo XLII  
RECURSO ESPECIAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Alguns aspectos introdutórios .....	945
2. Raiz constitucional do recurso especial .....	948
2.1 A leitura do inc. III do art. 105 .....	949
2.1.1 O que significa “causas decididas” .....	949
2.1.2 O que significa “em única ou última instância” .....	950
2.1.3 Decisão proferida por tribunal .....	951
2.2 As alíneas <i>a</i> até <i>c</i> do inc. III do art. 105 .....	951
3. Pquestionamento .....	961
3.1 As expressões “prequestionamento explícito” e “implícito” .....	964
3.2 O prequestionamento numérico .....	965
3.3 Pquestionamento e matéria cognoscível de ofício .....	966
3.4 Primeiras conclusões .....	969
4. Forma de interposição do recurso especial – Repasse das hipóteses constitucionais de cabimento do recurso especial .....	969
4.1 Efeitos do recurso especial .....	972
5. Efeitos dos recursos. Generalidades. Peculiaridades do recurso especial .....	972
5.1 O efeito devolutivo. Sua amplitude no caso do recurso especial .....	972
5.2 O efeito suspensivo e o recurso especial – Ainda o efeito devolutivo no recurso especial .....	974
5.2.1 Execução provisória .....	976
5.2.2 Uso de medidas cautelares para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial .....	976
6. Cisão do juízo de admissibilidade do recurso especial .....	980
6.1 Natureza da decisão acerca do juízo de admissibilidade .....	982

6.1.1 A questão do termo <i>a quo</i> do prazo para propositura de ação rescisória ....	982
7. Admissão do recurso especial pela instância <i>a quo</i> – Processamento do especial (e do extraordinário, quando houver) .....	982
7.1 Processamento do recurso especial que versar questões repetitivas – Lei 11.672/08 .....	984
8. Agravo de decisão denegatória de seguimento de recurso especial e de recurso extraordinário .....	987
9. Hipótese das Súmulas 126 do STJ e 283 do STF .....	992
10. A questão do preparo e o recurso especial .....	993
11. Recursos especial e extraordinário retidos .....	994
12. Recurso extraordinário .....	997
12.1 As hipóteses de cabimento de recurso extraordinário .....	999
12.2 Processamento do extraordinário dentro do STF .....	1007
12.3 Efeitos do recurso extraordinário – Efeito devolutivo – Efeito suspensivo .....	1007
13. Últimas considerações acerca dos recursos especial e extraordinário – Questões práticas .....	1008
13.1 Repercussão geral no recurso extraordinário – Novo requisito de admissibilidade .....	1009

Capítulo XLIII  
EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS RECURSOS  
ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

1. Considerações preliminares .....	1020
2. Hipóteses de cabimento .....	1021
3. O acórdão paradigma .....	1025
4. Matérias suscetíveis de serem discutidas em embargos de divergência .....	1027
5. Requisitos (extrínsecos) de admissibilidade .....	1028
5.1 Prazo de interposição .....	1028
5.2 Regularidade formal .....	1029
5.3 Preparo .....	1029
6. Efeitos .....	1030
7. Processamento .....	1031

Capítulo XLIV  
OS PODERES DO RELATOR

1. Considerações iniciais .....	1034
2. Análise da evolução dos poderes do relator .....	1034
3. O julgamento de acordo com súmulas e jurisprudência dominante .....	1039
4. Do provimento de mérito pelo relator, isoladamente .....	1040
5. A questão da aplicação de multa .....	1043

Capítulo XLV  
AÇÃO RESCISÓRIA

1. Considerações iniciais .....	1045
2. Ação rescisória e seu objeto .....	1050
3. Análise das hipóteses de cabimento da ação rescisória (art. 485) .....	1055
4. Art. 485, I: prevaricação, concussão ou corrupção do juiz .....	1055



5. Art. 485, II: juiz impedido ou absolutamente incompetente .....	1057
5.1 Objeção e exceção – Dois conceitos distintos .....	1058
6. Art. 485, III: dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes para o fim de fraudar a lei.....	1059
7. Art. 485, IV: ofensa à coisa julgada .....	1061
8. Art. 485, V: violação à literal disposição de lei.....	1063
9. Art. 485, VI: prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória.....	1068
10. Art. 485, VII: depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar provimento favorável.....	1070
11. Art. 485, VIII: houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença.....	1071
12. Art. 485, IX: fundada em erro de fato, resultado de atos ou de documentos da causa ...	1073
13. O prazo de dois anos .....	1074
14. Legitimidade.....	1079
15. Petição inicial .....	1081
16. Procedimento .....	1084
BIBLIOGRAFIA .....	1087
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	1133
ÍNDICE LEGISLATIVO .....	1141
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	1169
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	1213